

A Confederação Nacional da Indústria e o plano de estabilização

monetária de 1958

Fausto Saretta

Professor da Universidade Estadual Paulista-UNESP

fsaretta@fclar.unesp.br

Resumo

O texto analisa as reações do empresariado industrial brasileiro às medidas do Plano de Estabilização Monetária (1958) que objetivava controlar o desequilíbrio externo e a inflação. Estas reações se manifestaram no importante mensário Desenvolvimento e Conjuntura, editado Confederação Nacional da Indústria (CNI). O texto argumenta que os empresários brasileiros preferiam a inflação com crescimento à estabilização com controle creditício e aperto fiscal.

Palavras-chave: *Confederação Nacional da Indústria; Plano de Estabilização Monetária; Estabilidade Econômica; Crescimento Industrial*

Abstract

The paper analysis the reactions of the Brazilian industrial entrepreneurs against the measures of the Plano de Estabilização Monetária (Monetary Stabilization Plan, 1958) that aimed to control external disequilibrium and inflation. These reactions appeared in Desenvolvimento e Conjuntura, an important monthly review edited by the Confederação Nacional da Indústria (National Industrial Confederation) The paper argues that the Brazilian entrepreneurs preferred inflation with growth to stabilization with credit and budget constraints.

Keywords: *Confederação Nacional da Indústria; Plano de Estabilização Monetária; Economic Stability; Industrial Growth*

Introdução

De 1920 a 1970 a economia brasileira apresentou um marcante processo de crescimento econômico baseado na substituição de importações e no papel propulsor do Estado. Fruto das dificuldades oriundas do setor externo, a substituição de importações legou ao País uma indústria complexa e diversificada. Para tanto foi decisiva a atuação dos diferentes governos ao longo destes cinquenta anos, que criaram mecanismos de política econômica e intervieram em formas e intensidades variadas sobre o sistema produtivo.

Dispondo de um mercado interno cativo fruto das políticas comerciais e, não menos importante, da conhecida divisão de papéis entre empresas estatais, empresas estrangeiras e empresas nacionais, em que as primeiras se responsabilizariam pela infraestrutura, as segundas pelos setores de ponta e as últimas pelos setores tradicionais, a economia brasileira apresentou, entre 1947 e 1979, uma taxa anual média de crescimento do PIB de 7,4%, com destaque para a indústria que passou a ser o principal gerador da renda nacional.

Este texto centra sua análise no período da administração de Juscelino Kubitschek (1956-1961), de notável crescimento econômico e industrial e marcado pela crise de substituição de importações que avançou admiravelmente no quinquênio, e que legou à economia nacional um quadro de graves problemas macroeconômicos consubstanciado no aumento da inflação e do desequilíbrio do setor externo.

A par de um crescimento de 3% em 1956, nos anos subsequentes até 1960 a renda interna bruta cresceu 7,7%, 10,8%, 9,8% e 9,4%. O Plano de Metas (1957-1960) impulsionou a indústria, que cresceu 63% no período, mas no

início de 1961, quando do término da administração JK, a inflação que em 1956 fora de 24,5% havia mudado de patamar. Ainda que em 1957 os preços tivessem subido menos (7%), nos anos subsequentes o índice geral de preços foi bastante elevado: 39,5% em 1959 e 30,5% em 1960.

Portanto, os “cinquenta anos em cinco” propugnados por JK e consubstanciados no cumprimento das “Metas” mais importantes do seu ambicioso plano de crescimento econômico, deixaram uma herança problemática para a economia brasileira no alvorecer da década de 1960. O crescimento com inflação do final dos anos cinquenta permite considerações relevantes sobre a concepção e a execução da política econômica, notadamente quando se busca a estabilização de preços. O relativo insucesso dos planos de estabilização que seguem a II Guerra Mundial, até pelo menos meados de 1960, a virtual incapacidade de coordenar crescimento acelerado e taxas de inflação baixas, apresenta quando da administração de JK algumas singularidades que tornam atraente o estudo deste período.

No que segue pretende-se fazer uma análise das críticas do setor industrial ao Plano de Estabilização Monetária, formulado por Lucas Lopes e Roberto Campos em 1958 que, como se observou, foi lançado em um quadro de crescente deterioração dos indicadores macroeconômicos. Na próxima seção descreve-se o ambiente macroeconômico que antecede o lançamento do PEM e na seguinte destacam-se suas principais características e a recepção geral que recebeu. A seção seguinte desenvolve o tema central deste trabalho, que não é o da análise do Plano de Estabilização em si, e sim das reações às propostas constantes do PEM, por parte do setor industrial – representado pela Confederação Nacional da Indústria, cujo porta-voz era o mensário Desenvolvimento e Conjuntura. A sessão final, como de praxe, conclui o texto.

Antecedentes

Como brevemente anotado acima, o bem sucedido surto industrializante do final da década de 1950, resultado do reconhecido sucesso das “Metas” de JK levou a um quadro de desequilíbrios macroeconômicos. Um breve histórico da política econômica efetivada naqueles anos é importante para o esclarecimento das questões que introduzem e justificam o lançamento do PEM. O aumento do PIB no período, da ordem de 50%, com a indústria atuando como setor dinâmico como se observa pela taxa de crescimento acima citada, se fez com o comprometimento do setor público e do setor privado, o primeiro financiado pelos gastos públicos via expansão monetária, e o segundo pelo crédito público.

Dadas as características do sistema financeiro brasileiro daqueles anos, centrado basicamente na cessão de crédito de curto prazo e, portanto, não afeito às operações de prazo mais longo, e não menos importante, um sistema tributário regressivo e ultrapassado, parece claro considerar e aceitar a historiografia econômica que postula que o principal instrumento de financiamento foi a inflação. Melhor qualificando, dir-se-ia no último lustro dos cinquenta, o crescimento com inflação deveu-se ao mecanismo de “poupança forçada”, ou seja, o aumento dos preços transferindo renda para os setores que deveriam executar os investimentos.

Registre-se que no período há clara e total aceitação da necessidade desta forma de transferência explícita de renda, dos salários para o lucro e daí para o investimento, por parte dos setores que deveriam e efetivamente estavam fazendo o maior esforço de poupança, ou seja, os empresários industriais. Voltar-se-á ao tema ao longo deste trabalho, mas é forçoso observar que a inflação e o crédito público, como responsáveis pelo notável empuxe do crescimento daqueles

anos, também refletem a fragilidade e a inoperância dos instrumentos de política econômica disponíveis. Assim, é consistente a consideração da inflação como central para o financiamento do crescimento daqueles anos. A inflação portanto jogou um papel decisivo na expansão econômica do período, mas teve seu inerente custo social relativizado pelo acentuado crescimento do emprego e da renda.

Os dados relativos à emissão monetária, o financiamento do déficit do Tesouro e o permanente desequilíbrio das contas públicas refletem a escalada inflacionária. Deve-se considerar que não seu viveu, frente à inflação e ao crescimento, um dilema - no caso, um falso dilema. Aceita-se a inflação mas não seu aumento descontrolado, como mostram os registros da história da política econômica daquele período. Apenas como exemplo, quando se observam as razões do declínio de preços entre 1956 e 1958, verifica-se que entre elas estão as políticas cambial e monetária. A primeira proporcionou uma suplementação importante à oferta interna de produtos e a segunda restringiu a liquidez através de operações de “open market” praticadas pelas autoridades econômicas ao vender PVC (Promessa de Venda de Câmbio) com prazos diferidos no tempo.¹

Uma avaliação rápida da conjuntura daqueles anos aponta para o recrudescimento da inflação a partir de 1958, quando chega a 24,4% ao ano, contra 7% no ano anterior. **Adicionalmente à forma como se financiava o acelerado**

1 Cf. MESQUITA (1992, 25). Quanto à questão do dilema estabilidade versus desenvolvimento, Carlos Lessa aponta para uma certa conscientização do problema econômico brasileiro, tanto do ponto de vista das empresas quanto do ponto de vista governamental, que apelava a setores mais organizados da opinião pública, mobilizados sob a bandeira do “nacionalismo”. Nas palavras do próprio autor: “Outrossim, o esquema de financiamento expansionista, proposto implicitamente pelo Plano, não afetaria interesses desse setor [empresarial] como poderia haver feito um esquema de coleta de poupanças, via tributação ou emissão de títulos de crédito público. Muito pelo contrário, o financiamento expansionista proposto abria possibilidades financeiras atraentes às empresas privadas nacionais e estrangeiras.” (LESSA, 1983, 30). Ademais, lembra Carlos Lessa, já havia um certo grau de desenvolvimento da economia brasileira, que tornava possível esta eleição de expansão monetária e crescimento, “mormente quando se contava com o seguro reforço, estratégico nesta conjuntura, do exterior.” (LESSA, 1983, 30).

crescimento, os gastos decorrentes da construção de Brasília, e mais importante, em termos de recursos, as despesas referentes à defesa do café – entre 3 a 4 vezes superiores à construção da nova capital – potencializaram a mudança do patamar inflacionário. Aqui há que se considerar que a questão cafeeira desempenha um papel decisivo, pois apresentava em 1958 os resultados das safras de 1956-57, excessivas frente ao mercado e decorrentes, como tantas vezes, da aceleração dos preços do produto no início da década de 1950, bem como da desvalorização do cruzeiro quando da Instrução 70, que instituiu a reforma cambial de 1953. Assim, havia que se fixar política de compra para os excedentes, com as inevitáveis pressões sobre as finanças públicas.²

A queda nas receitas das exportações de café, da ordem de 19%, significou uma redução da capacidade de importar em torno de 23% enquanto caíam os aportes de capitais forâneos e aumentavam as necessidades de câmbio para pagamento dos juros e amortizações.³ Há que se considerar nesta conjuntura, que há uma crescente complexidade na gestão da política econômica e que o conflito de interesses se reflete na própria fragilidade dos instrumentos e mesmo na forma de gestioná-la. Assim, a manutenção e compra de estoques de café implicava no uso dos recursos provenientes dos ágios cobrados nos leilões de câmbio, o que piorava o gerenciamento da política fiscal para além das dificuldades decorrentes do pagamento de bônus de exportação não apenas do café mas também do cacau.

Desta maneira, em um quadro de crescentes dificuldades externas, e de vários proble-

² Entre 1956-1960 o valor do estoque de café em Cr\$ milhões saiu de 1,2 para 11,4; 26,9; 49,6 e 49,0 - representando 0,14%; 1,07%; 2,05%; 2,97% e 2,05% do PIB.

³ A dívida externa brasileira passou de US\$ 2.694 milhões em 1956 para US\$ 3.907 milhões em 1960. A chamada dívida de curto prazo (atrasados comerciais + swaps + acordos bilaterais expirados + desembolso de créditos permanentes) passou de US\$ 1.114 milhões para US\$ 1.535 milhões no mesmo período. Em 1958 o valor da dívida era de US\$ 1.025 milhões. A relação serviço da dívida/exportações passou de 17,1% para 41,9% entre 1956 e 1960 Cf. o Anexo I de Mesquita (1992).

mas políticos que estariam relacionados à política cafeeira, Juscelino Kubitschek substituiu o Ministro da Fazenda José Maria Alkmin por Lucas Lopes em junho de 1958. As informações disponíveis apontam que as razões para a saída de Alkmin estariam predominantemente relacionadas à forma como teria procedido para sustentar os preços do café, o que teria significado um prejuízo da ordem de US\$ 2,4 milhões para o governo brasileiro.

Ainda que haja diferentes razões para a saída de José Maria Alkmin do Ministério da Fazenda, merece destaque a interpretação que justifica sua substituição pelo acordo que teria firmado com o FMI, que condicionava a obtenção de créditos do fundo ao cumprimento de medidas contencionistas bastante restritivas e que necessariamente implicariam em constrangimentos à consecução do Plano de Metas.⁴

O Programa de Estabilização Monetária e sua recepção

Lucas Lopes, então presidente do BNDE, assumiu o Ministério da Fazenda e Roberto Campos passou a ser o presidente do Banco. Segundo testemunho do próprio Lopes, ao Ministério caberia a parte das questões monetárias, SUMOC, CACEX e Banco do Brasil e a Roberto Campos as questões atinentes ao Plano de Metas. Lucas Lopes e Roberto Campos seriam os responsáveis pelo Plano de Estabilização Monetária lançado em outubro de 1958 e que, em linhas gerais, buscava conciliar o crescimento proposto pelo Plano

⁴ Para um quadro mais completo da conjuntura política veja Sola (1998), para quem “é difícil dizer que esses compromissos (junto ao FMI) por parte de um político tradicional, conhecido por sua astúcia mas tecnicamente despreparado para negociar com a equipe do FMI, foram ditados pelo desespero diante do estrangulamento externo, ou se refletiam um baixo nível de compreensão dos problemas técnicos e econômicos envolvidos. Ambos os fatores, provavelmente, podem explicar a desatenção de Alkmin à ameaça que as condições draconianas do FMI representariam para a continuidade do Plano de Metas tão prezado por Kubitschek. É a partir disto que se torna inteligível o apelo de Kubitschek aos técnicos Lucas Lopes e Roberto Campos – cujo prestígio junto às agências financeiras internacionais era amplamente reconhecido – para que formulassem uma estratégia de estabilização alternativa, e, ao mesmo tempo, aceitável pelo FMI.” (SOLA, 1998, 187-188).

de Metas com uma gradual diminuição do ritmo de inflação. Adicionalmente, buscava o crescimento das exportações para que se pudesse, juntamente com o crédito de fornecedores, fazer frente às necessidades de importação.

Cumprir registrar que antes do começo da administração JK já havia um esboço de um programa de estabilização que fora coordenado por Roberto Campos e que contara com a participação de economistas importantes que se utilizaram de dados de um relatório sobre a economia brasileira elaborado por Reynold Carlson, do Banco Mundial. Segundo Lucas Lopes, este “... foi o primeiro balanço de tendências gerais de crescimento da inflação, de aumento dos custos, com uma análise da taxa de câmbio. Este primeiro documento já esboçava uma programa de estabilização.” (LOPES, 1991, 220).

O PEM tinha por finalidade, de acordo com o “Resumo do Programa de Estabilização Monetária” publicado em O Observador Econômico e Financeiro, novembro de 1958, ano XXIII, nº. 273, “permitir, através de um esforço de estabilização monetária, que o desenvolvimento do País possa prosseguir em condições de equilíbrio econômico e estabilidade social, não obstante as condições desfavoráveis do balanço de pagamentos.” E segue: “A inflação a partir de certo nível é altamente prejudicial ao desenvolvimento econômico pois desencoraja os investimentos nos setores básicos da economia nacional e incentiva as aplicações nos setores mobiliários e em atividades especulativas; dificulta os cálculos e previsões dos homens de negócios, incentiva os gastos em consumo e a redução da poupança privada voluntária; gera o desequilíbrio cambial e cria perigoso clima de tensões sociais.” Previam-se duas fases, uma primeira de transição e reajustamento, seguida de outra chamada de fase de estabilização. O Plano envolvia providências governamentais nas áreas (a) Moe-

da e Crédito; (b) Finanças Públicas; (c) Salários e (d) Balanço de Pagamentos Internacionais.

Na área da política monetária o PEM previa a fixação de tetos ou limites máximos quantitativos para a expansão monetária, a limitação de operações de redesconto, a regularização da Caixa de Mobilização Bancária e a proposição, ao Congresso, de lei que permitisse, de acordo com eventuais necessidades, que o governo federal elevasse os depósitos obrigatórios dos bancos comerciais à ordem da SUMOC. No que se refere ao desequilíbrio financeiro do setor público, propunha a elevação da arrecadação tributária através do aumento do imposto de renda, do consumo e do selo e a colocação de Letras do Tesouro junto a bancos e outras instituições financeiras como forma de evitar a emissão monetária para fazer frente aos gastos públicos e ao déficit total do caixa do governo. Para a questão dos salários do funcionalismo, o PEM estabelecia que os reajustes ficassem sujeitos à rentabilidade das empresas e autarquias públicas, e quanto aos reajustamentos dos salários mínimos, que não excedessem ao necessário para recompor o poder de compra do nível fixado em 1956. Finalmente, no que diz respeito ao desequilíbrio externo, o Plano previa que a contração nos setores monetário e fiscal reduziria a expansão da importação de bens e serviços, além de propor a limitação da concessão de novas autorizações de importação de modo a não pressionar o saldo da dívida brasileira.

O lançamento do PEM em outubro de 1958 foi saudado pelos diferentes setores e pela imprensa em geral como uma medida que chegava em boa hora, dadas as dificuldades da economia brasileira. Assim, o Observador Econômico e Financeiro de novembro de 1958, sob o título “Plano Lucas Lopes em debate”, destacava que “o Plano compreende dois grossos volumes que reclama certo aparelhamento especializado; as

primeiras reações foram de aplauso, quanto mais não seja pelo trabalho de levantamento que lhe serve de base, concluído num prazo exíguo, pois data de pouco a atual administração fazendária. Elogios desta natureza têm sido expedidos, entre outros, pelos Srs. Eugênio Gudín e Aliomar Baleeiro, ambos financistas vinculados aos setores de oposição.” O comentário segue informando que para círculos importantes a causa da problemática situação econômica estaria na dispensável construção da nova capital. Mais significativas seriam as opiniões das nomeadas “classes conservadoras”: os presidentes da Confederação Rural Brasileira e da Sociedade Rural Brasileira reclamavam do aumento da tributação sobre o produtor de café, enquanto que, com o mesmo teor, o presidente da Confederação Nacional do Comércio discordava do Plano quando este propunha alguns projetos que “apresentam dispositivos com os quais não pode concordar o comércio, pois representam sob certos aspectos grave excesso de fiscalismo, além de constituírem maior intromissão do Poder Público na vida da livre empresa.”⁵

Já o setor industrial, através do mensário *Desenvolvimento e Conjuntura* editado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), saudava em outubro de 1958, sob o título “O Programa de Estabilização Monetária”, a preocupação das autoridades econômicas com a urgência de se combater a inflação, e desde logo, lembrava que a escalada dos preços teria ocorrido por responsabilidade do poder central, uma vez que o aumento dos salários do funcionalismo público teria pressionado indevidamente as receitas públicas e as “revisões do salário mínimo que desde 1954 têm superado, por ampla margem, as indicações do custo de vida.” Assim, a pressão dos salários aumentaria o consumo em detrimento da poupança e, portanto, do investimento, o

que segundo a opinião dos industriais estaria em profundo desacordo com uma administração que objetiva atingir “Metas” numericamente determinadas.

O editorial da revista é bastante interessante ao expor com clareza os interesses do empresariado industrial naquele quadro de acentuado crescimento de renda do setor secundário. O material é muito expressivo. Com uma argumentação econômica consistente, buscava analisar os problemas da economia em geral e da política econômica em particular, e como esta afetaria o desenvolvimento industrial que o mensário, citando recorrentemente Roberto Simonsen, considerava ser a base para a elevação do padrão de vida do povo brasileiro. Voltar-se-á ao longo destas notas a este e a outros números de *Desenvolvimento e Conjuntura*, para descrever com mais detalhe a reação do setor industrial à tentativa de estabilização. Por ora, importa considerar que as primeiras reações do patronato industrial ao PEM perfilam-se com seus pares da agricultura e do comércio ao revelar sua preocupação com o aumento progressivo do Imposto de Renda que substituiria as emissões monetárias, mas gravaria pesadamente os investimentos privados, ou seja, reduzir-se-ia a inflação às suas expensas, posto que os investimentos públicos seriam conservados. Defendem-se explicitamente as emissões que, “como os impostos regressivos, incidem sobre o consumo” e pergunta-se se a emissão “não constituiria, do ponto de vista do desenvolvimento, uma melhor alternativa”. Aproveita o editorial para criticar uma linha de pensamento que advogaria a estabilização, isto é, o combate à inflação, às custas de deter provisoriamente o desenvolvimento.⁶

⁵ Cf. *Desenvolvimento e Conjuntura*, ano II, n.º 1, outubro de 1958. Outro apoio importante ao Programa de Estabilização Monetária está no jornal *O Estado de São Paulo*, que reconhece tanto as dificuldades de sua implantação quanto a complexidade do diagnóstico da situação econômica. Veja *O Estado de São Paulo*, “Coordenação do combate à inflação”, 24.10.1958.

⁶ Cf. *O Observador Econômico e Financeiro*, novembro de 1958, ano XXIII, n.º 273.

A situação econômica brasileira daquela segunda metade do ano de 1958 de certa forma exemplifica a complexidade que estava adquirindo a economia nacional e, portanto, as dificuldades inerentes à condução da política econômica que pragmaticamente visasse, como propugnava o PEM, conciliar o crescimento com estabilidade, ainda que se buscasse esta de forma gradual, justamente para tentar diminuir os óbices e minimizar as perdas inerentes a este processo. Como se observou acima, as opiniões foram unanimemente contrárias aos instrumentos que o Plano elegera como necessários para combater a inflação – ou seja, a diminuição das emissões monetárias e o aumento da carga fiscal, desde logo um recurso não inflacionário, mas julgado pernicioso pelos principais interesses envolvidos. Neste sentido, Lucas Lopes é enfático e ao mesmo tempo objetivo quando afirmou que “o Plano era uma reforma fiscal. Eu disse ao Juscelino: ‘o plano não existe. Existe uma reforma fiscal.’” (LOPES, 1991, 253).

Porém, mais relevante e significativa do que esta observação do então Ministro da Fazenda de que o plano era uma reforma fiscal e que de fato continha, como ele próprio observou, uma série de alterações sobre tributos específicos (renda, consumo, selo), estas são “meras adaptações fiscais, não são um plano de estabilização completo, porque sem uma política cambial definida não teremos uma política fiscal.” (LOPES, 1991, 253).

Ocioso tratar da importância do câmbio e do quão central era a definição do valor da moeda nacional para a política econômica, notadamente no lado fiscal (em decorrência do ágio cobrado nas operações cambiais), e mais ainda, naquela conjuntura de rápido crescimento, onde o uso das cambiais, perenemente insuficientes, tinham um papel decisivo no esforço industrializante.

Grosso modo, na segunda metade da década de 1950, vigia a política cambial originária da já citada Instrução 70 que prescrevia cinco taxas de câmbio, que variavam de acordo com o critério de essencialidade das importações. Convém recordar que já no breve governo Café Filho houve uma proposta de reforma cambial que previa a unificação do valor da taxa de câmbio, mas que não logrou avançar.⁷

Pode-se afirmar que a problemática reforma cambial tida e havida como impostergável era ao mesmo tempo relegada ao segundo plano quando se intuía as dificuldades que decorriam de sua aplicação. Na verdade, em 1957, houve uma reforma cambial parcial, na qual foram reduzidas de cinco para duas as taxas de câmbio, sendo uma “geral” e a outra “especial” para produtos de menor essencialidade e que recebia um aporte menor de cambiais. Mantiveram-se, como prática da Instrução 70, os leilões para compra de moeda estrangeira. É importante lembrar que esta pequena reforma fazia parte da Lei 3.246 de agosto de 1947, a Lei de Tarifas que instituiu um sistema de taxas ad valorem que chegavam a até 150% para uma gama de 6.500 produtos e que criou o Conselho de Política Aduaneira (CPA), que determinava quais produtos seriam essenciais e teriam permissão de importação e/ou quais seriam adquiridos ao câmbio de custo.⁸

Desta forma, ganham relevância as declarações de Lucas Lopes, que remetem à importância do Plano e o já percebido limitado alcance que teria, por não alterar o câmbio, questão tão essencial quanto problemática pelos temores que causava nos empresários e mesmo no governo. Kubitscheck teria levado às últimas consequências, portanto, o conselho que teria sido dado por Antônio Salazar nos seguintes termos: “Presidente, se o senhor quiser governar até o fim do

⁷ Ver a respeito Pinho Neto (1989).

⁸ Para maiores detalhes ver Leopoldi (2000).

seu mandato, não faça a reforma cambial”.⁹

Uma rápida observação do resumo do texto do PEM atinente às questões externas demonstra como não se enfrentou o problema, seja porque se temia que Salazar tivesse razão – isto é, pela enorme sensibilidade que teria o sistema econômico à variação do preço mais importante da economia, - seja pelo perigo de encarecimento das tão necessárias importações de equipamentos e matérias primas para o crescimento industrial e sua conseqüente pressão sobre a inflação.

Como se viu, o item do resumo do PEM que trata da área externa tinha uma proposta bastante tímida que protelava mais uma vez a candente questão da reforma cambial. Sob o título “Correção dos desequilíbrios do balanço de pagamentos”, intentando o equilíbrio e posteriores superávits, o Plano apenas previa que o contingenciamento monetário e fiscal impediria “a expansão imoderada da procura de bens e serviços estrangeiros”. Além disso, propunha simplesmente a desburocratização crescente do setor exportador para torná-lo tão atraente para as empresas como era o mercado interno, a gradual eliminação dos subsídios cambiais que evitaria o excessivo consumo de bens importados e desestimularia a procura de financiamentos externos. Os subsídios que eventualmente fossem considerados necessários deveriam, de acordo com o PEM, ser concedidos via orçamento para que seu custo recaísse sobre toda a economia e não apenas sobre o setor exportador. Ademais, propugnava-se também, para o agente do setor externo, que se limitassem novas autorizações para importações amparadas em “supplier’s credit” em dólares ou moedas de conversibilidade limitada, ao montante das amortizações que fossem pagas para que não se pressionasse ainda mais o saldo da dívida externa. Coerentemente ao

⁹ Hélio Fernandes, *Diário de Notícias*, 15/03/1961, apud Leopoldi (2000, 276)

conjunto de providências para a difícil situação da área externa, há também a sugestão de que os projetos de investimento de mais longo prazo de maturação fossem condicionados à obtenção de empréstimos de igual longo prazo (O Observador Econômico e Financeiro, n.º. 273, p. 8).

Observa-se portanto que não se enfrentou a questão da reforma cambial. As providências propostas, dada a gravidade da situação econômica geral, não se coadunavam com as pressões que sofria a área externa. Há que considerar que naquela conjuntura o País também negociava com o Fundo Monetário Internacional, que pressionava tanto pela alteração da política de câmbio que na sua interpretação estaria subsidiando o consumo, quanto pelo irrealismo das tarifas públicas, que considerava estarem defasadas. Não menos importantes eram as pressões contrárias à compra do superestoque de café pelo governo federal, pois elas repercutiam negativamente sobre o orçamento, o que era mais um fator de desequilíbrio das problemáticas finanças públicas.

As relações do governo Kubitscheck com o FMI foram problemáticas, como não poderia deixar de ser, dadas as concepções opostas entre a política econômica efetivada e as prescrições do Fundo. As sugestões, e porque não dizer, as exigências do organismo internacional para a concessão de empréstimos, no mais das vezes, colidiam com a gestão francamente desenvolvimentista daqueles anos em que cresciam não apenas a renda da indústria, como também suas necessidades de importação.

A problemática relação do governo JK com o Fundo Monetário culminou com o rompimento oficial do Brasil com aquela instituição, embora tal rompimento tenha sido mais formal do que efetivo.¹⁰ Questões de natureza econômica ¹⁰ Sobre o rompimento com o FMI veja-se Lopes (1991, 249-251) Para uma crônica mais completa veja Campos (1995, 356-366).

ca à parte, o episódio da “crise” do governo brasileiro com o FMI demonstra o crescente grau de politização que passaram a ter os assuntos econômicos naquela quadra histórica. De fato, refletindo a conjuntura política, pode-se dizer que os temas econômicos passaram a ser vazados pelo conflito entre diferentes concepções. Registre-se que os embates acontecem tanto no Executivo quanto no Congresso Nacional, e entre correntes de pensamento econômico, que partem de embasamentos teóricos distintos quanto ao chamado nacionalismo.¹¹

Cumprido detalhar com mais precisão que, quanto à cafeicultura, as pressões exercidas por este decisivo e importante setor da economia nacional eram por demais fortes. Para Lucas Lopes, o “lobby” que mais dificultou a implantação do Plano de Estabilização Monetária foi justamente o dos cafeicultores. Analisando a questão do café naquela quadra do final dos anos de 1950, Lucas Lopes observava que atuação do setor não diferia muito do célebre “Convênio de Taubaté” de 1906, e que o que de fato os cafeicultores queriam era que o governo comprasse os excedentes das safras, e, segurando a oferta, não deixasse com que os preços do café fossem reduzidos e então buscassem vender quando os preços fossem mais atrativos. A despeito do papel decisivo da cafeicultura, sobretudo como gerador de capacidade de importar, pode-se afirmar que o setor repassava à sociedade e à economia com um todo, os custos da sua reiterada política de manter a rentabilidade, o que era garantido pelo tratamento favorecido, fruto do pagamento de bônus sobre as exportações, que em boa medida minimizava a valorização da moeda nacional.¹²

11 Para uma análise completa das concepções dos economistas veja-se Bielschowsky (1988, parte II, cap. III).

12 Certamente a política econômica e suas relações com a cafeicultura mereceria um estudo mais aprofundado que escapa ao alcance deste trabalho. Importa aqui considerar que no caso específico do Plano de Estabilização Monetária, havia um conflito entre as propostas do PEM e o setor cafeeiro. Lopes (1991, p. 244) é enfático neste sentido: “A cafeicultura nunca esteve feliz no Brasil enquanto não ganhasse rios de dinheiro”. Em outro trecho: “Não queriam que eu fizesse a reforma cambial, porque isto significava caminhar para uma política de câmbio

Lourdes Sola anota que a cafeicultura, “um dos setores deixados para trás no processo de desenvolvimento acelerado – e que continuava parcialmente penalizado pela política cambial – revelava enorme dificuldade em mudar suas expectativas com relação à intervenção do Estado em defesa dos seus interesses.” (Sola, 1998, 206). A Autora ainda aponta que haveria nas expectativas do setor cafeeiro notável inconsistência posto que a busca da instauração da taxa de câmbio única corresponderia aos anseios liberais - do ponto de vista econômico, é claro – que embasaria o ideário da cafeicultura. Obviamente esta é uma observação que suscitaria, pelo seu caráter francamente assertivo, discussões que buscariam relativizar o liberalismo econômico que orientaria a cafeicultura quando na defesa de seus interesses. Porém, mais significativo é observar que as exigências da cafeicultura repercutem mal mesmo entre setores que tradicionalmente se alinharam na sua defesa. Desta maneira, o jornal O Estado de São Paulo, historicamente ligado à cafeicultura, ataca como descabidos os seus anseios e apoia o Ministro da Fazenda na busca de conciliar o atendimento à lavoura com seus esforços anti inflacionários.¹³

Os analistas e historiadores do período, ao tratarem das dificuldades de aprovação do Plano de Estabilização Monetária e do confronto entre diferentes interesses constituídos, destacam a pouca aceitação do Plano também pelo principal setor econômico que se beneficiava do Plano de Metas, ou seja, a indústria. Nas linhas que se seguirão, pretende-se analisar com mais

único e eliminar os câmbios excepcionais que davam ao café um tratamento favorecido.” Lopes (1991, p. 259). O desagrado da cafeicultura frente às medidas preconizadas pelo PEM levou ao acirramento do quadro político, com os cafeicultores propondo uma vez mais a chamada “Marcha da Produção” – a quinta desde 1953 - para protestar contra as medidas constantes do PEM, que depreciou o câmbio do café de 43 para 54 cruzeiros por dólar e que propunha comprar 40% da safra a preço abaixo do mercado, sendo que os restantes 60% seriam exportados sem a intermediação do Estado e que, adicionalmente, estabelecia que os exportadores não teriam mais a opção de vender café ao governo antes do fim da safra de 1958/1959.

13 Veja “A exposição do Sr. Ministro da Fazenda”, O Estado de São Paulo, 09/09/1958.

detalhe a repercussão do PEM sobre o setor industrial, quando este manifestou suas opiniões através da publicação mensal Desenvolvimento e Conjuntura, editado pela Confederação Nacional da Indústria.

O PEM e a indústria – a reação da CNI

Roberto Campos afirmou nas suas memórias que se o Plano de Metas já foi por demais debatido e estudado, o mesmo não aconteceu em relação ao Plano de Estabilização Monetária. Campos argumenta que o PEM seria tecnicamente superior e que foi precursor de três planos subsequentes: o Plano de Ação do Governo Parlamentarista (1961), o Plano Trienal (1963) e o Programa de Ação Econômica do Governo (1964).

De fato, na história da política econômica brasileira quase não se faz menção ao PEM. No geral, ele é considerado mais uma tentativa (frustrada) de estabilização, a exemplo dos planos que o antecederam, principalmente no pós Segunda Guerra Mundial. As poucas análises mais elaboradas sobre o PEM, no entanto, consideram no uma tentativa de estabilização diferente das antecedentes, pois buscava conciliar a estabilização com desvalorização cambial, com a manutenção das Metas, embora freasse a velocidade do crescimento. Lourdes Sola, que segundo Campos, fez o melhor estudo conhecido do PEM, adverte que boa parte do caráter gradual que o plano propunha para a estabilização atendia à coalizão política do momento. Destaca também que os formuladores do Plano estariam influenciados pelos resultados dos planos de estabilização recém efetivado no Chile e na Argentina. Desta forma, na busca de compatibilizar crescimento com certo equilíbrio macroeconômico havia implícita uma certa crítica à ideia corrente do FMI de esperar que os preços se esta-

bilizassem para então voltar a investir.¹⁴

A reação da indústria ao Plano de Estabilização Monetária – já se observou acima – não foi das mais entusiasmadas, assim como a dos outros setores econômicos. Acontece que a discussão que o lançamento do plano suscitou dentro dos órgãos representantes da indústria fez com que se lançasse, em dezembro de 1958, um número do mensário Desenvolvimento e Conjuntura totalmente dedicado à análise e à crítica ao Plano.¹⁵ O documento apresenta uma defesa das Metas e do desenvolvimento industrial e o faz destacando as condições de subdesenvolvimento da economia brasileira. No caso da proposta de estabilização estar-se-ia aplicando um conjunto de propostas de política econômica baseado em “esquemas teóricos válidos apenas para regiões de capitalismo avançado” (p. 1). Assim, as autoridades econômicas estariam escudadas no equívoco de que no Brasil haveria pleno emprego e que, portanto, o investimento resultaria necessariamente em elevação dos preços, o que segundo o editorial comprometeria o seguimento das “Metas”.

O editorial criticava o “distributivismo”, o aumento do salário acima do custo de vida, que teria como efeito pernicioso a diminuição dos investimentos, cuja taxa teria caído de 20.6% entre 1952 e 1955 para 17.6% entre 1955 e 1957. Desta maneira, para que se neutralizassem estas **duas tendências (a elevação dos preços e a redu-**

14 Veja Sola (1998,191). A aplicação do receituário do FMI para a estabilização da inflação no Chile teria levado, entre 1956 e 1957, a uma redução de 8,8% no produto interno per capita, de 19,8% na renda real do assalariado e queda de 105% nos gastos de consumo. Veja Pinto Santa Cruz (1959), que ao longo do texto faz uma crítica bastante consistente às propostas de estabilização do FMI. A suposta ortodoxia ou rigidez desta instituição, quando da feitura dos planos de estabilização não escapou a Roberto Campos, que observa que havia críticas válidas que poderiam ser feitas à rigidez conceitual do Fundo que podem ser resumidas em (a) desatenção à deterioração dos termos de troca; (b) a irrealidade da simultaneidade de medidas monetárias, fiscais e desvalorização cambial; (c) desconsideração às resistências políticas a programas rígidos de estabilização; e (d) a “falácia da agregação”, ou seja, a subestimação da importância dos cortes fiscais para o investimento. Para maiores detalhes, ver Campos (1995, nota 130, 358).

15 Todas as informações e análises que se passa a comentar estão no número 12 de Desenvolvimento e Conjuntura, publicado em dezembro de 1958.

ção dos investimentos), haveria que se entender adequadamente as características dos países subdesenvolvidos, nos quais não haveria um limite superior rígido aos investimentos e em que, portanto bastaria haver poupança para que a economia crescesse. Entretanto, aqui o investimento estaria sendo limitado justamente pelo supracitado distributivismo, que estaria comprometendo as margens de lucro, e conseqüentemente a capacidade de poupar.

Esta primeira apreciação dá mostras dos problemas que estariam ocorrendo, e segundo a análise, ameaçando o processo de desenvolvimento econômico. Reconhece o editorial que “o PEM estaria além da simples colocação do problema inflacionário” (p. 3) e que pretendia equacionar o desenvolvimento brasileiro em termos macroeconômicos, mas que apenas funcionaria ou teria os efeitos propostos se confrontasse a questão da queda do investimento produtivo e do distributivismo.

O texto é longo e qualificado. Divide-se em três grandes tópicos: (i) Síntese do Programa (em que analisam os seus fundamentos teóricos e as propostas concretas em torno das quatro áreas citadas anteriormente: Moeda e Crédito; Finanças Públicas; Salários; Balanço de Pagamentos Internacionais); (ii) Crítica do Programa e (iii) Sugestões para uma Política de Estabilização. Uma avaliação detalhada do texto de Desenvolvimento e Conjuntura exigiria um espaço que suplantaria o disponível para este trabalho. No entanto, buscando dar a devida atenção aos temas que se poderia considerar mais relevantes é possível obter uma visão tão abrangente quanto categorizada das observações que a CNI faz do PEM.

Logo na abertura da Síntese do Programa já se anota a qualidade técnica dos seus elaboradores, cujos fundamentos teóricos, no entanto,

caracterizam-se pela “adesão a pressupostos sobre os quais o pensamento econômico está longe de ser unânime” (p. 6).

Assim, o documento da CNI aponta que o texto do PEM informa que a disponibilidade de bens e serviços nos onze anos anteriores a 1957 crescera à média anual de 5%, que a taxa anual de expansão dos meios de pagamento fora de 20%, resultando em preços crescentes à média de 14% ao ano, o que desde logo sugeriria que a liquidez deveria se expandir à mesma taxa que o incremento médio do produto real. Como não poderia deixar de ser, reconhece-se uma certa funcionalidade da inflação na transferência de renda para os setores que poupam e portanto investem, o conhecido argumento da “poupança forçada”. Esta, no entanto, teria vida curta em decorrência da tentativa, por parte dos setores que perdem renda, em recompor o seu valor real

Outro ponto importante que é destacado na Síntese do Programa, refere-se à diferenciação entre a “inflação de investimento” e a “inflação de custo”, sendo que a primeira teria um aspecto benigno sobre o crescimento mas que após 1954 teria crescentemente se transformado em inflação de custos “caracterizada pela espiral salários-preços e sem contribuição líquida para o aumento da taxa de inversão” (p. 10).

Entre os pontos para os quais os críticos do setor industrial chamam a atenção e que não constam no texto do PEM, está a questão não menos polêmica, e que é destacada pelo articulista de Desenvolvimento e Conjuntura, qual seja, a tese de plena ocupação de fatores. Esta justificaria as drásticas medidas do PEM, pois se de fato o Brasil estivesse em situação de pleno emprego, de pouco adiantaria a formação de poupança uma vez que não haveria disponibilidade de fatores de produção e sem dúvida haveria crescimento continuado dos preços.

O levantamento dos pontos constantes do PEM por parte de Desenvolvimento e Conjuntura remete às dificuldades e problemas que a escalada inflacionária traria para os investimentos e para o planejamento, assim como para o balanço de pagamentos, os salários e as consequentes tensões sociais.

Assim, na primeira parte da Síntese do Programa, o texto toca nas questões que o PEM destaca para sua própria justificação: controle da expansão monetária; correção do desequilíbrio financeiro do setor público; política de salários; e correção do desequilíbrio do balanço de pagamentos. O levantamento dos pontos do Programa é minudente e o mesmo pode-se dizer do debate a que se propõe quando passa a criticá-lo. Na seção Crítica ao Programa, o texto lembra que não existe um consenso sobre a relação entre inflação e desenvolvimento e antes, que no Brasil e na América Latina há duas concepções sobre esta relação, sendo que o programa se afiliaria a uma que, como se verá, não é aquela professada pelos industriais. De fato, a argumentação que emerge da leitura do documento da CNI é feita para justificar a funcionalidade da inflação para o desenvolvimento de países como o Brasil, pois o movimento ascensional dos preços levaria à concentração de recursos “nas mãos da classe de maior tendência à poupança, restringindo, pois, a propensão a consumir” (p. 28).

A despeito dos aspectos técnicos de que se cerca a argumentação, o documento da CNI afirma que não defende da inflação em si, mas sua capacidade de transferir renda para a poupança e investimento, essencial ao processo de desenvolvimento. Neste ponto explicita-se “o chamado mecanismo de poupança forçada” que seria, pelo acima argumentado, a contribuição da inflação para o crescimento. Desta maneira, um surto inflacionário levaria a que os salários subissem de forma defasada em relação aos pre-

ços, com uma redistribuição de renda favorável à classe empresarial, que de fato investe.

Os analistas da CNI buscam respaldo em Raul Prebisch, que em “Notas sobre el desarrollo económico, la inflación y la política monetária y fiscal”, diferencia as inflações de custo e de investimento, ambas originadas de uma expansão do crédito, mas com finalidades diferentes: uma para cobrir aumentos de custos e outra para intensificação dos investimentos.¹⁶ Na exposição que busca validar a importância da inflação para o caso específico de países subdesenvolvidos como o Brasil, os articulistas percorrem outros autores, até mesmo de quadros pertencentes ao FMI como E. M. Bernstein e I. G. Patel, “adversários decididos da inflação” (p. 30) mas que não obstante reconhecem o papel da inflação como financiador do investimento.¹⁷

A argumentação na defesa da poupança forçada segue com base na autoridade de Nicholas Kaldor, que teria defendido esta forma de redistribuição de renda a partir da experiência chilena, que seria válida para a maioria dos países da América Latina, onde a elevação dos preços e a consequente queda da renda real dos assalariados, não pressionaria pelo reajuste dos salários, com a mesma frequência que ocorria em países com sindicatos que reivindicam escala móvel para correção do poder aquisitivo e onde, portanto, não haveria modificações significativas na distribuição da renda. Aqui, mais uma vez, vale a especificidade subdesenvolvida; os reajustes não são tão frequentes e há um limite elástico para a aceitação da queda da renda real. Ou seja, haveria menor rigidez à queda do salário real. A conclusão é taxativa e merece ser transcrita: “... dado o comportamento do proletariado brasilei-

16 O artigo de Prebisch encontra-se publicado no segundo volume, às páginas 377-393 do documento publicado em 1952 pelo Banco Nacional de Cuba, em Havana, intitulado *Memoria de la Tercera Reunión de Técnicos de los Bancos Centrales del Continente Americano*.

17 O texto a que se faz referência é “Inflation in Relation to Economic Development” *Staff Papers – International Monetary Fund*, v. 2, n.3, 1952, 363-398.

ro, a inflação crônica pode obter, mesmo a longo prazo, um aumento das poupanças. O que não é válido nas condições vigentes na Europa, deve ser aceito para o Brasil, e provavelmente para toda a América Latina”. (p. 31)¹⁸

A crítica de Roberto Campos à CNI é implacável e de certa forma, mordaz: “A oposição de grupos empresariais ao PEM, notadamente da CNI, assumiu aspectos bizarros. Alguns técnicos de linha estruturalista e nacionalista, ligados aos grupos industriais, passaram a defender a expansão inflacionária de crédito como um mecanismo permanente, e ainda válido no caso brasileiro, de transferência de recursos do consumo para investimentos. Era a velha tese da ‘poupança forçada’ a que o Professor Nicholas Kaldor, então em visita ao Brasil, havia dado novo glamour. Enquanto persistissem as condições de subdesenvolvimento, em que o fator escasso era o capital e não o trabalho, e dado o baixo poder de barganha dos assalariados, políticas expansionistas de crédito constituíam a principal opção para o aumento da taxa de investimento da economia. Esta tese contrariava frontalmente as premissas do PEM, de que a pressão salarial já se havia traduzido em inflação de custos, sendo necessário recorrer à política fiscal para o financiamento não inflacionário do Plano de Metas. E a política fiscal teria que contemplar moderada progressividade no imposto de renda e não apenas tributação do consumo.” (Campos, 1995, 354)¹⁹

A argumentação da CNI na verdade defendia a inflação como mecanismo fundamental para a expansão da economia, e a justificava pelas características estruturais das economias latino-americanas. E se há tais características, não há porque se basear em políticas econômicas

18 O texto se refere à conferência “Inflation and Economic Development” pronunciada no Brasil por Nicholas Kaldor em 1956, e publicada na Revista Brasileira de Economia em março de 1957.

19 Para uma revisão crítica da importância da poupança forçada para o crescimento da economia brasileira no período considerado ver Pereira (2006).

que consideram a economia brasileira como em situação de pleno emprego, o que desde logo inviabilizaria o argumento tão caro aos articulistas de Desenvolvimento e Conjuntura, de “poupança forçada”. A tese do pleno emprego era desenvolvida pelo mais arguto dos críticos do ritmo do desenvolvimento daqueles anos, qual seja, o Professor Eugênio Gudín, que tinha suas teses contrapostas às de Raul Prebisch, que como já se observou acima, justificava e aceitava a inflação para o desenvolvimento, ao contrário do Professor que, segundo o próprio Prebisch “estaria mais preocupado com o equilíbrio do que com o crescimento.”²⁰

Quanto à questão fiscal, o moderado aumento do imposto direto, como não poderia deixar de ser segundo o pensamento dos industriais, gravaria justamente o setor que tem capacidade de investir, comprometendo, portanto, o crescimento econômico. A reforma dos tributos que propunha o PEM, ao buscar a cessação radical e rápida do processo inflacionário poderia trazer para a economia brasileira a chamada “crise de estabilização” que prejudicaria a economia e o cálculo econômico dos homens de negócios. Tais ideias constantes do Plano não são claras quando se lê as propostas que aparentemente coadunam estabilidade e desenvolvimento. Entretanto, aqui fica exposto o conflito de opinião entre os representantes da indústria e Eugênio Gudín: o PEM repetiria o plano de estabilização de 1954 quando o Professor foi Ministro da Fazenda, cuja proposta era de corte indiscriminado dos investimentos, ao passo que agora, o ônus recairia mais sobre o setor privado.²¹

Na tentativa de demonstrar o equívoco

20 Para um sintese da incorporação das idéias da CEPAL pelos industriais de São Paulo no período, veja Colistete (2006). A discordância da indústria de Eugênio Gudín pode ser vista no editorial “A tese da ‘industrialização artificial’” de Desenvolvimento e Conjuntura, ano IV, nº 1, janeiro de 1960.

21 Esta observação encontra-se no final da seção Crítica do Programa, p. 73.

do pressuposto do pleno emprego como base para a justificativa do PEM, destaca-se que no caso brasileiro a economia não estaria em pleno emprego, mas sim em plena capacidade.

Os industriais, com dados constantes do documento mostram que haveria um crescente descompasso entre os empréstimos do Banco do Brasil ao Tesouro Nacional e à indústria, em detrimento desta. Ou seja, as majorações tributárias seriam resultado da má administração dos gastos públicos, o que geraria um déficit orçamentário crescente, daí a necessidade de aumentar os tributos, em prejuízo, mais uma vez, da capitalização das empresas.

É interessante observar que, por mais elaborado que seja o texto da CNI - como mostra a recorrência a Prebisch e Kaldor entre outros e a utilização de dados que demonstram que o Tesouro Nacional era o maior receptor dos empréstimos do Banco do Brasil, - o que os interesses industriais expressavam na verdade é, em poucas palavras, o desejo mesmo de inflação.²²

Assim, o que de fato percorre todo o texto de crítica ao PEM é a questão da diminuição do crédito que seria consequência do combate à inflação, resultado advindo da restrição às emissões monetárias. Como já se observou nas linhas acima, o déficit governamental seria coberto com um adicional de imposto de renda, que significava “uma séria drenagem à capitalização particular” (p. 51). Em outro trecho o documento é ainda mais explícito na defesa da inflação: “... a emissão, a despeito de todos os seus males, agia como imposto regressivo, sem afetar, portanto as poupanças” (p. 71).

Talvez mais significativa seja a observação feita à página 49 que, sem meias palavras defende o crédito, ainda que isto signifique infla-

²² Para dados sobre os empréstimos do Banco do Brasil ver CNI, p. 71

ção: “o crédito à produção favorece o desenvolvimento, embora inflacionário”, ou, “diríamos que ‘o sistema de crédito ilimitado à produção’, constitui até agora, apesar de seus inconvenientes (que são os da inflação), a mola básica do nosso desenvolvimento” (p. 49). E continua gritando: “não é pois prudente sua rejeição ... antes que se tenha alcançado um mecanismo substituto de igual eficiência” (p. 49).²³

Conclusão

A crítica de Octávio Gouvêa de Bulhões ao slogan dos anos da administração de Juscelino Kubitschek, era a de que “50 anos em 5 daria 500% de inflação”. A política econômica daquela segunda metade da década de 1950 esteve voltada prioritariamente para o desenvolvimento econômico e industrial. Não se fez 50 anos em 5 nem se chegou a 500% de inflação, mas legou-se à economia brasileira graves desequilíbrios macroeconômicos que explicam parte do problemático quadro político do início dos anos 60, a despeito do formidável crescimento tanto quantitativo quanto qualitativo do setor industrial.

A “cordialidade macroeconômica” de JK ou seu propalado populismo econômico – já se disse – só dava certo no curto prazo, mas encontrou eco em poderosos e importantes setores que defenderam a prodigalidade dos gastos em meio à crescente politização dos temas econômicos. E mais, argumentavam com vezos cientificistas a validade da transferência e da concentração da renda, como necessárias para financiar a superação do nosso subdesenvolvimento com o inexorável avanço do setor industrial, sinônimo mesmo do desenvolvimento.

Seja por força do “lobby” industrial, seja

²³ A FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) tampouco aceitou o PEM, com argumentos semelhantes. Trevisan (1986) informa que em 6 de janeiro de 1959, quando da visita de Kubitschek à FIESP, o presidente da entidade Antônio Devisate discursou: “Refrear o crédito é condenar milhares de empresas ao aniquilamento”. (p. 149).

pela pertinência ou mesmo impertinência da defesa da emissão inflacionária como mecanismo fundamental de financiamento, na verdade a nenhum setor econômico interessava a estabilização na forma em que foi proposta, ainda que esta visasse em última instância a própria manutenção do crescimento e do desenvolvimento econômicos.

Pode-se afirmar que a argumentação central ao longo do documento aqui analisado, com o risco de ser reducionista, é a defesa da “poupança forçada” como essencial para a transferência de renda, e de seu corolário, a concentração de renda, para viabilizar a realização dos investimentos. As críticas à filiação do Programa às orientações que com certo risco de poderia cunhar de antidesenvolvimentistas levam à classificação do PEM como “puramente monetarista” o que poderia ser interpretado como um sinônimo de contrário ao desenvolvimento.

Desta maneira, os industriais perceberam que a proposta de reforma fiscal, como afirmou Lucas Lopes, era a essência do Plano. Não havia Plano, mas apenas uma reforma que, aumentando a arrecadação tributária, traria o benefício de se diminuir as emissões e conseqüentemente as pressões inflacionárias. O problema central do PEM – segundo os industriais - residia no fato de que os tributos recairiam sobre seus lucros.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Desenvolvimento e Conjuntura, ano II, nº. 10, outubro de 1958

Desenvolvimento e Conjuntura, ano II, nº. 12, dezembro de 1958

Desenvolvimento e Conjuntura, ano IV, nº. 1, janeiro de 1960: “A tese da ‘industrialização artificial’”.

O Estado de São Paulo, “A exposição do Sr. Ministro da Fazenda”, 09 de setembro de 1958.

O Estado de São Paulo, “Coordenação do combate à inflação”, 24 de outubro de 1958.

O Observador Econômico e Financeiro, ano XXIII, nº. 273, novembro de 1958

Fontes Secundárias

BIELSCHOWSKY, Ricardo (1988). Pensamento econômico no Brasil - o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: PNPE/IPEA.

CAMPOS, Roberto (1995). A lanterna na popa: memórias. Rio de Janeiro, Topbooks.

COLISTETE, Renato Perim (2006). A força das idéias: a Cepal e os industriais paulistas na primeira metade da década de 1950. História Econômica & História de Empresas. vol. X, 2 pp. 123-153

LEOPOLDI, Maria Antonieta (2000). Política e interesses na industrialização brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LESSA, Carlos (1983) 15 Anos de Política Econômica. São Paulo: Brasiliense (4ª ed.)

LOPES, Lucas (1991) Memórias do Desenvolvimento.- Depoimento de Lucas Lopes ao Programa de História Oral do CPDOC-FGV. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade Brasileira.

MESQUITA, Mario Magalhães (1992) 1961-1964 - A política econômica sob Quadros e Goulart. Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia, PUC-RJ

PEREIRA, Bruno Rodrigues (2006). Revisão Crítica da Hipótese de Poupança Forçada para a Economia Brasileira 1946-1964. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense.

PINHO NETO, Demosthenes Madureira (1989) O interregno Café Filho. In: ABREU, Marcelo

de Paiva (Org.) (1989) A Ordem do Progresso – cem anos de política econômica Republicana 1889-1989. R. de Janeiro: Campus, pp. 151-169.

PINTO SANTA CRUZ, Anibal (1959). Estabilidade e desenvolvimento. Revista Econômica Brasileira, julho-dezembro, pp. 3-30.

SOLA, Lourdes (1998) Idéias econômicas, decisões políticas. São Paulo: EDUSP/FAPESP.

TREVISAN, Maria José (1986) 50 anos em 5: a FIESP e o desenvolvimentismo. Petrópolis: Vozes.

